

INDICADOR DE IMPLEMENTAÇÃO DA LEI GERAL DA MICRO E PEQUENA EMPRESA NOS MUNICIPIOS

Histórico de estratégia para efetivação da LC 123/06

Regulamentação – Envidar esforços para que os pontos pendentes de regulamentação técnica sejam efetivamente implementados, mediante articulação com os respectivos órgãos públicos incumbidos e subsídios técnicos necessários, como pesquisas e estudos.

Infra-estrutura – Auxiliar na dotação de infra-estrutura física e tecnológica quando da implementação de determinados pontos da lei que o exijam, como, por exemplo, a estrutura para a apuração e recolhimento do Supersimples e a Redesim.

Informações – Circulação de informações sobre a LG, inclusive no que diz respeito a cartilhas, manuais, etc. www.leigeral.com.br. Observatório, etc.

Mobilização – Parceirização com as instituições de representação e apoio com vistas à implementação e regulamentação da LG, além de alavancagem de MPE (formais e informais) a se utilizarem dos benefícios.

Assistência técnica – Capacitação das áreas do Sebrae, visando disseminação do tema e atendimento a clientes.

Estudos e pesquisas – Confecção de estudos, pesquisas e pareceres com vistas divulgação do tema junto a parceiros, imprensa e também visando quebra de resistências e maior segurança quanto a pontos polêmicos.

Endomarketing – Divulgação da LG aos colaboradores do Sistema Sebrae e seus benefícios, com vistas ao aproveitamento destes em seus projetos finalísticos.

Rede de parceiros – Montagem de estratégia de mobilização de instituições de representação e apoio. Vários focos (Setorial, gestão pública, regional, categorias profissionais, Ministério Público, Fóruns Estaduais, etc.).

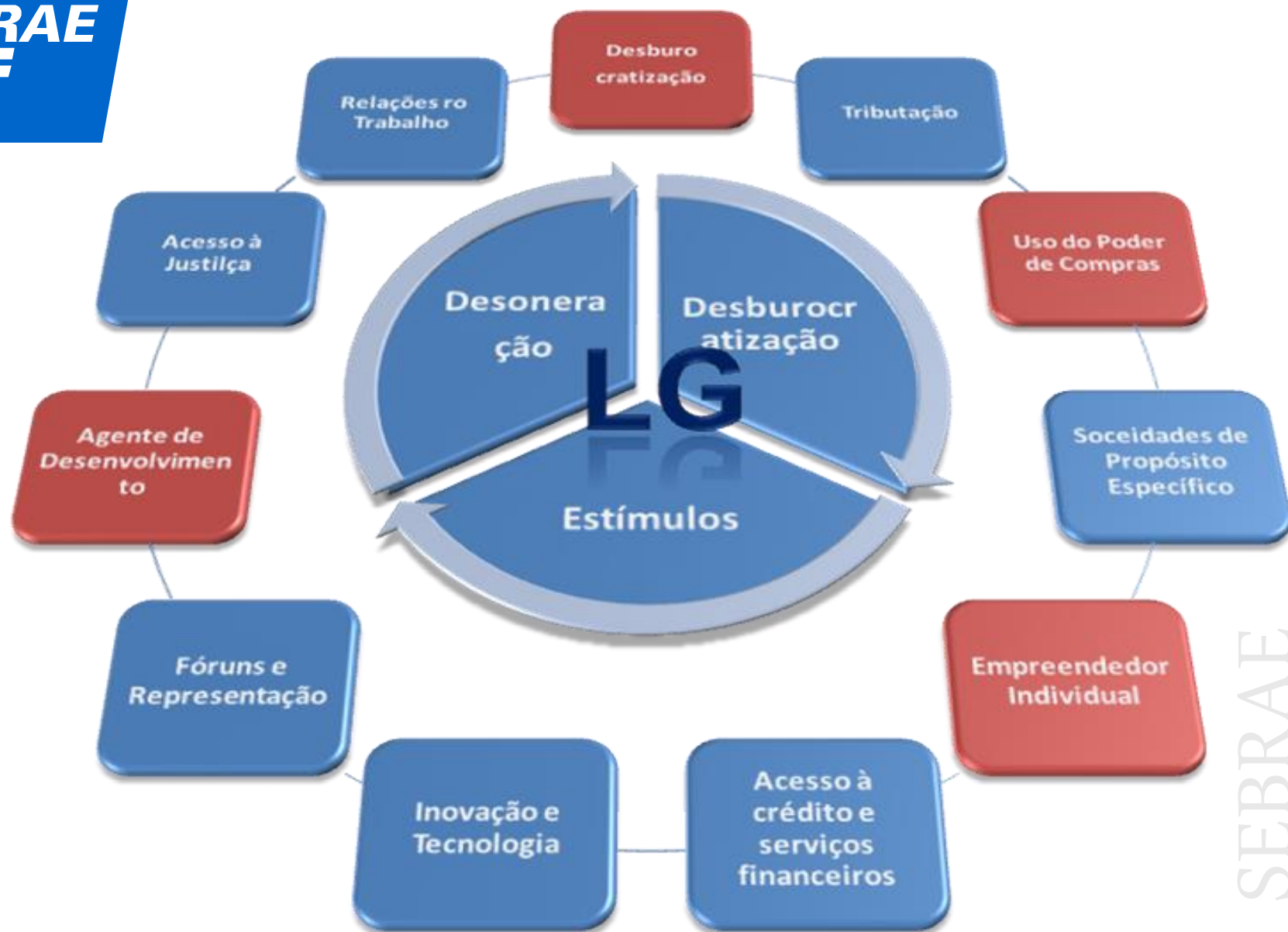
Ação legislativa – Formação de frentes parlamentares visando à efetiva regulamentação e implementação da LG, bem como demais ações de cunho parlamentar.

Lei Geral da MPE

Operacionalização nos municípios

NOVA ETAPA

- Verificar a efetiva aplicação da Lei nos municípios e também das leis municipais.
- Utilizar indicadores para avaliação qualitativa dos Municípios, com foco nos seguintes temas:
 - A desburocratização do processo de legalização de empresas
 - A participação das MPE nas licitações municipais
 - A atuação do agente de desenvolvimento local.



Lei Geral da MPE

Operacionalização nos municípios

Tipo de aferição

LC 123/06 diretamente (ex.):

- Simples;
- EI;
- Redesim;
- Uso Poder de Compra

Tipo de aferição

Regulamentação municipal (ex.):

- Posturas;
- Uso Poder de Compra;
- Agente de Desenvolvimento

Público alvo – Empresa e Empreendedor!!!!!!!!!!!!

Lei Geral da MPE

Operacionalização nos municípios

Questões legais

- Discussão judicial**
- Impraticabilidade?**
- Justiça com as próprias mãos.**
- Responsabilidade do gestor público.**

Regulamentação X Implementação

Atos administrativos necessários à operacionalização:

- Lei;
- Decreto;
- Instrução Normativa; etc.

Reflexão
**Quantos dos quase 4000 municípios tem, de fato,
regulamentação?**

2007/11

**Esforço
quantitativo**

**Lei/Decreto
Abordagem
total, parcial ou
pontual
Foco gestor
público**

2012/15

**Esforço
qualitativo**

**Resultado para o
empreendedor
(exceto AD)
Gestor público é
meio
Foco parcial da LC**

DESBUROCRATIZAÇÃO



Desburocratização

Princípios

- Simplificação
 - Racionalização
 - Exigências compatíveis com o risco da atividade
 - Fiscalização orientadora
 - Unicidade
 - Ampla informação
-
- Tudo isso ainda mais acentuado para o Empreendedor Individual

Desburocratização

Regulamentação

- 1) Classificação das atividades econômicas de acordo com o grau de risco.**
 - Alto risco x demais.**
 - Restrições para o alto risco. Se não há...**

- 2) Alvará Provisório para funcionamento imediato de micro e pequenas empresa.**
 - Sem vistorias prévias ao funcionamento.**

- 3) Consulta prévia de localização.**
 - On line x presencial.**

Desburocratização

Regulamentação

4) Previsão de alvará de funcionamento em residência para MPE.

5) Concessão de alvará de funcionamento em áreas desprovidas de regulação fundiária legal ou com regulamentação precária para MPE.

- Favelas e periferias.**

- Habite-se?**

Desburocratização

Operacionalização

- 1) Especificação de atividades e seus respectivos graus de risco.**
 - CNAE
 - Alto risco X demais
- 2) Concessão de Alvará de Funcionamento Provisório.**
- 3) Sistema de consulta prévia de localização.**
 - Eletrônico?
 - Instantâneo?
- 4) Fiscalização orientadora (dupla visita).**
 - Aspectos trabalhista, metrológico, sanitário, ambiental e de segurança.

Desburocratização

Operacionalização

5) Entrada única de dados e documentos para a abertura, alteração e baixa de MPE.

- Sala do Empreendedor;**
- Redesim;**
- Central Fácil.**

6) Concessão de alvará de funcionamento em residência para as micro e pequenas empresas.

7) Concessão de alvará de funcionamento em áreas desprovidas de regulação fundiária legal ou com regulamentação precária para as micro e pequenas empresas.

8) Baixa das micro e pequenas empresas independentemente de débitos tributários municipais.

Desburocratização

Operacionalização

8) Baixa das micro e pequenas empresas independentemente de débitos tributários municipais.

- Baixa sem movimento há mais de três anos, com dispensa de certidões negativas de dívidas fiscais.**
- Empresa sem movimento: sem mutação patrimonial e atividade operacional**
- Prefeitura deve efetuar a baixa no prazo de 60 dias da solicitação, sob pena ser presumida a partir da extinção registrada na Junta Comercial ou no RCPJ**
- Dívidas serão transferidas para sócios, titular ou administrador da MPE**

Desburocratização

Esforço

- 1) Capacitação específica sobre este tema, para os servidores responsáveis pelo registro e legalização.**
- 2) Revisão de processos e sistemas utilizados na abertura, alteração e baixa de empresas.**
- 3) Preparação para o registro e legalização de empresas por meio eletrônico e integrado ao Estado – REDESIM.**
- 4) Parcerias.**
- 5) Ações de divulgação das melhorias no processo de abertura, alteração e baixa de empresas.**

Desburocratização

Resultado

Qual o tempo médio de abertura de empresas, no que tange às responsabilidades do município?

- **Instantâneo**
- **1 a 5 dias**
- **6 a 10 dias**
- **11 a 15 dias**
- **16 a 20 dias**
- **Mais de 20 dias**

USO DO PODER DE COMPRA



Uso do Poder de Compra

Princípios

- Promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional
- Ampliação da eficiência das políticas públicas
- Incentivo a inovação tecnológica.

Uso do Poder de Compra

- Auto-aplicáveis:
 - Adiamiento da comprovação de regularidade fiscal
 - Preferência no caso de empate com empresa de maior porte
- Pendentes de normatização no Município:
 - Participação exclusiva de em contratações de até R\$ 80.000,00
 - Subcontratação para realizar até 30% do total licitado a empresas de maior porte
 - Reserva de cota de até 25% para fornecimento de bens ou serviços de natureza divisível.

Uso do Poder de Compra

Condições

- Estar prevista no instrumento convocatório
- Ter um mínimo de 3 competidores com sede local ou regional
- Ser vantajoso para a administração pública ou não representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado
- Não se tratar de licitação dispensável
- Ser limitada a 25% do total licitado no ano.

Uso do Poder de Compra

Regulamentação

- 1) Previsão de licitações exclusivas para participação de MPE nas contratações cujo valor seja de até R\$ 80.000,00.**
- 2) Previsão da exigência de subcontratação de MPE, até o limite de 30%.**
- 3) Previsão da aquisição de cota de até 25% de MPE em certames de bens e serviços de natureza divisível.**

Uso do Poder de Compra

Operacionalização

- 1) Uso do critério de desempate.**
- 2) Exigência de regularidade fiscal apenas para a empresa vencedora.**
- 3) Licitações exclusivas de até R\$ 80.000,00 .**
- 4) Exigência de subcontratação de até 30%.**
- 5) Cota de até 25% nas aquisições de bens e serviços de natureza divisível.**

Uso do Poder de Compra

Esforço

- 1) Cadastro de fornecedores em que seja possível identificar o porte dos licitantes: EI, ME, EPP, “Outros”**
- 2) Capacitação de servidores específica sobre este tema da Lei Geral?**
- 3) Capacitação de empresas locais.**
- 4) Identificação de oportunidades para as MPE no planejamento de compras.**
- 5) Monitoramento da participação das MPE nas suas compras.**
- 6) Divulgação de oportunidades para a MPE**
- 7) Pagamento às MPE em até 30 dias corridos após a liquidação.**
- 8) Maior utilização do pregão presencial em relação ao pregão eletrônico.**

Uso do Poder de Compra

Resultado

Qual a participação das MPE nas compras totais do município?

- **Mais de 70%**
- **61% a 70%**
- **51% a 60%**
- **41% a 50%**
- **31% a 40%**
- **21% a 30%**
- **11% a 20%**
- **Até 10%**
- **Nenhuma**

AGENTE DE DESENVOLVIMENTO



Agente de Desenvolvimento

Função

Articular ações públicas de promoção do desenvolvimento local e territorial, visando ao cumprimento e manutenção das diretrizes estabelecidas na Lei Geral da MPE.

Devem contar com o MDIC e entidades de apoio e representação empresarial para capacitação, estudos e pesquisas, publicações, promoção de intercâmbio de informações e experiências.

Agente de Desenvolvimento

Requisitos mínimos

- **Funcionário e administrador público ou cidadão comum que residir na área da comunidade.**
- **Concluir com aproveitamento curso de qualificação básica para a formação de Agente de Desenvolvimento.**
- **Ensino fundamental.**

Agente de Desenvolvimento

Plano de trabalho

Plano de Trabalho de segundo as prioridades de implementação da Lei Geral Municipal:

- **Identificar as lideranças locais para colaborar com o trabalho;**
- **Montar grupo de trabalho de caráter oficial**
- **Manter diálogo com lideranças e empreendedores do Município;**
- **Manter registro organizado de todas as atividades;**
- **Auxiliar o poder público municipal no cadastramento e engajamento dos empreendedores individuais.**

**Fonte: Manual de Desenvolvimento dos Municípios. Brasília:
CNM/SEBRAE, 2011.**

Agente de Desenvolvimento

- 1) Institucionalização do AD, com designação.**
- 2) Agente capacitado.**
- 3) Participação em alguma rede.**
- 4) Plano de trabalho.**

EMPREENDEDOR INDIVIDUAL



Empreendedor Individual

Princípios

- Simplicidade extrema.
- Resgate de parte considerável da população.
- Política abrangente.

Empreendedor Individual

Regulamentação

- 1) Dispensa do Habite-se do imóvel registrado.**
- 2) Definição do alto grau de risco.**
- 3) Previsão de alvará de funcionamento em residência.**
- 4) Nota fiscal simplificada.**
- 5) Previsão de alvará de funcionamento em áreas desprovidas de regulação fundiária legal ou com regulamentação precária.**

Empreendedor Individual

Operacionalização

- 1) Manutenção do IPTU Residencial.**
- 2) Especificação das atividades de alto risco.**
- 3) Concessão de alvará de funcionamento provisório para atividades classificadas como de baixo/médio risco.**
- 4) Concessão de alvará de funcionamento em residência.**
- 5) Obediência às as normas nacionais de registro do Empreendedor Individual, não efetuando exigências paralelas.**
- 6) Concessão de alvará de funcionamento em áreas desprovidas de regulação fundiária legal ou com regulamentação precária.**

Empreendedor Individual

Esforço

- 1) Capacitação dos servidores responsáveis pelo registro e legalização de empresas tiveram capacitação específica sobre este tema da Lei Geral.**
- 2) Revisão de processos e sistemas utilizados na abertura, alteração e baixa de empresas.**
- 3) Ações de divulgação das melhorias no processo de abertura, alteração e baixa de empresas.**
- 4) Parcerias.**

Empreendedor Individual

Resultado

Qual o grau de inserção dos Empreendedores Individuais formalizados na base de dados do município?

- **76% a 100%**
- **51% a 75%**
- **26% a 50%**
- **1% a 25%**
- **Não há inserção**

Efetividade

Relatório de cada município do Brasil – Cada técnico do Sebrae, parceiro e cidadão brasileiro poderá consultar (Accountability)

Auditoria – UDT/NA e UPP/UF (UDT/UF quando for o caso). Parceiros?

Selo

Relatórios comparativos, quantitativos e qualitativos.

Sebrae exemplo – Uso do poder de compra.

Alavancagem CSN – 50% - 50%.